



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2025

PROVA OBJETIVA – (TARDE)

ANALISTA LEGISLATIVO - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO EM FINANÇAS E CONTROLE

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Leia com atenção o seguinte texto, retirado do Livro dos Erros, organizado por Mário Goulart:

“Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor. Quando foi buscar a obra no dia seguinte, Di tinha vendido. Chateaubriand escolheu então outro quadro”, Mulheres de Pescadores, que recebia as últimas pinceladas. Mas, dessa vez, precaveu-se: - Esse vai secar lá em casa.”

Assinale a afirmativa correta obre os nomes próprios empregados nesse pequeno texto.

- (A) Virginie Leite é identificada por sua profissão, jornalista, para dar mais credibilidade ao narrado.
- (B) Gilberto Chateaubriand não recebe inicialmente qualquer identificação, pois sua identidade é revelada na continuidade do texto.
- (C) A primeira menção do nome do pintor é feita da forma pela qual o artista é mais conhecido.
- (D) A segunda menção do nome do pintor foi reduzida a “Di”, forma inadequada em função da formalidade do texto.
- (E) Na segunda menção do nome do comprador, foi empregada a forma Chateaubriand, forma adequada, já que nomes de homens são sempre abreviados pelo sobrenome.

2

Observe este segmento:

“Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor.”

Nesse trecho, aparece um galicismo, ou seja, uma palavra de origem francesa presente na língua portuguesa: atelier.

Entre as frases abaixo, aquela que mostra um galicismo com seu equivalente em língua portuguesa, corretamente indicado, é:

- (A) O cinema apresentava naquela semana a *avant-première* do filme mais moderno de Walt Disney. / primeira versão.
- (B) Como exigia a moda da época, o cavalheiro trazia em seus braços um bouquet de flores. / a caixa.
- (C) O cliente do restaurante sempre solicitava que retirassem do arroz o champignon. / a pimenta.
- (D) Os funcionários eram obrigados a usar crachat colocado em volta do pescoço. / cartaz.
- (E) Os restaurantes são obrigados a deixar um menu na porta de entrada para consulta dos clientes. / cardápio.

3

A coesão é uma das marcas da textualidade e pode ser construída por meio de diferentes processos.

Em todas as opções abaixo, há um termo sublinhado que é referido na continuidade do texto. A opção, em que o processo de coesão está corretamente identificado, é:

- (A) “Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor.” / substituição por um pronome demonstrativo.
- (B) “Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor.” / substituição por um termo sinônimo.
- (C) “Quando foi buscar a obra no dia seguinte, Di tinha vendido.” / omissão por elipse.
- (D) “Chateaubriand escolheu então outro quadro, Mulheres de Pescadores, que recebia as últimas pinceladas.” / substituição por pronome indefinido.
- (E) “Chateaubriand escolheu então outro quadro, Mulheres de Pescadores. Mas dessa vez, precaveu-se: - Esse vai secar lá em casa.” / substituição por advérbio.

4

O verbo *agradecer* é geralmente empregado com objeto direto de coisa e objeto indireto de pessoa.

Assinale a frase abaixo em que esse verbo mostra uma regência diferente dessa.

- (A) As pessoas agradeciam-lhe a simpatia e o obséquio.
- (B) Quando chegaram, os demais convidados agradeceram-lhes os elogios.
- (C) Ouvimos missa na catedral; ao levantar a Deus, agradecia a vida e a saúde de meu filho.
- (D) Os candidatos eleitos agradeceram aos eleitores todos os votos recebidos.
- (E) Os feirantes agradeceram os fregueses por todas as compras feitas.

5

A frase abaixo, retirada de obras machadianas, com maior número de adjetivos é:

- (A) “Carlos Maria achava os homens declamadores, grosseiros, cansativos, pesados, frívolos, chulos, triviais.” (Quincas Borba)
- (B) “Duas tristes luzes alumiam aquela pequena sala.” (Helena)
- (C) “As roupas eram rafadas; o chapéu velho que lhe cobria a cabeça tinha já uma cor inverossímil.” (Helena)
- (D) “Luís Garcia tinha o costume de guar tudo, cartas, exemplares de jornais em que havia alguma coisa de interesse, apontamentos, simples cópias.” (Iaiá Garcia)
- (E) Quincas Borba mal podia encobrir a satisfação do triunfo. Tinha uma asa de frango no prato e trincava-a com filosófica serenidade.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas)

6

A frase abaixo, retirada do romance *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, que mostra uma troca indevida entre *acidente* e *incidente*, é:

- (A) “Não procuravam as suas relações, nem ele as de ninguém, e, apesar das vaias e das repetidas pilhérias dos colegas, teria passado tranquilamente os primeiros dias da sua nova existência, se um incidente desagradável não o viesse perturbar.”
- (B) “Amavam-se brutalmente, e ambos sabiam disso. Esse amor irracional e empírico carregara-se muito mais, de parte a parte, com o trágico incidente da viagem, em que ele fora vítima.”
- (C) “Chegaram sem o menor incidente ao destino que levaram.”
- (D) “Coruja resignou-se, sem um gesto de contrariedade e não falou a ninguém sobre esse incidente, nem mesmo ao amigo.”
- (E) “E às quatro da tarde, sem nenhum outro incidente desagradável, voltavam à fazenda, trazendo consigo o tal Hipólito, que parecia embirrar com o Coruja ainda mais do que a própria noiva.”

7

Dentre as frases a seguir, retiradas do romance *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, assinale aquela em que o acento grave indicativo da crase foi corretamente usado.

- (A) “... mas caiu logo em si, lembrando-se de que já se fazia tarde e naquele dia, distraído com a morte do amigo, descuidara-se da gente que tinha à sua conta.”
- (B) “Nunca fazia à ninguém interrogação de espécie alguma, e, certo dia perguntando-lhe o padre se ele o estimava, o menino sacudiu com a cabeça, negativamente.”
- (C) “Mas, no íntimo, abominava o pupilo; mil vezes preferia não o ter à seu lado; suportava-o, sabia Deus como! como quem suporta uma obrigação inevitável e aborrecida.”
- (D) “E cada vez detestava mais o pequeno; afinal era já um ódio violento, uma antipatia especial, que se manifestava à todo o instante...”
- (E) “- Ora, que mono fora ele descobrir!... dizia de si para si, à contemplar o rapaz por cima dos óculos.”

8

Entre as palavras sublinhadas nas frases abaixo, aquela em que o U (em QUE ou QUI) deve ser pronunciado, é:

- (A) Ser ou não ser: eis a questão. (Shakespeare)
- (B) Quem abre o coração à ambição, fecha-o à tranquilidade. (provérbio chinês)
- (C) Cada ideologia tem a inquisição que merece. (Millôr Fernandes)
- (D) Antes dele, outros quatro chefes de polícia saíram da instituição, responsável por um inquérito interno sobre o caso que começou em 2007 com a denúncia de uma vítima, mas que foi arquivado sem chegar a nenhuma conclusão. (FSP-26/06/2009)
- (E) Descubra a Europa sobre trilhos Segóvia exhibe aqueduto romano bem conservado Biarritz combina surfe, glamour e bons restaurantes. (FSP-18/10/2012)

9

Entre as palavras sublinhadas nas frases abaixo, propositalmente grafadas sem acentos, aquela que deve ser pronunciada como paroxítona, é:

- (A) A história do viúvo pu~~dic~~o, que se apaixona por uma prostituta com vocação para amante e, graças às armações do irmão invejoso, acaba traído pelo filho e pela amada, traz as marcas inconfundíveis do autor, que a definia como "uma obsessão em três atos". (FSP-01/11/2012)
- (B) O valor do pagamento de benefícios da Previdência Social superou a arrecadação em julho e provocou um deficit de R\$ 3,09 bilhões. (FSP-19/08/2009)
- (C) Uma fábrica chinesa de iPhones, da Apple, informou que suspendeu o trabalho de funcionários, após um empregado ter cometido suicídio, aparentemente sob ameaça quando um prototipo foi perdido. (FSP-22/07/2009)
- (D) Qualquer violeta ou crisantemo de supermercado já ajuda. (FSP-26/07/2011)
- (E) Nesse interim, Colting vê seu livro ser traduzido para o húngaro e para o coreano --línguas em que jamais sonhara publicar. (FSP-11/12/2010)

10

Assinale o segmento textual a seguir que é classificado como de tipo textual publicitário.

- (A) As mulheres sofrem de ansiedade com mais frequência do que os homens: Especialistas revelam o porquê.
- (B) Enem em Sergipe: mais de 78 mil candidatos devem fazer provas de matemática e ciências da natureza.
- (C) Fundada em homenagem a Gregório Thaumaturgo de Azevedo, figura histórica da anexação do Acre ao Brasil, a cidade de Marechal Thaumaturgo é um retrato singular do Brasil profundo.
- (D) Estudo do Observatório Nacional da Violência contra Educadores traça cenário de desvalorização e violência enfrentados por docentes em instituições públicas e privadas no país.
- (E) O benefício que motiva, retém e alimenta resultados. Com Ticket Restaurante, sua empresa cuida de quem faz acontecer com menos custo e mais valor percebido.

11

Na pronúncia descuidada, muitas palavras são proferidas com eliminação ou troca de fonemas; em todas as opções abaixo, há palavras sublinhadas que mostram esse problema.

A única opção em que a palavra sublinhada mostra forma correta, é:

- (A) Para enterter as crianças durante o recesso escolar -- determinado pela Secretaria de Estado da Saúde em função da gripe A--, os apresentadores do "Cambalhota" também dão dicas de brincadeiras e atividades que podem ser realizadas dentro de casa. (FSP-05/08/2009)
- (B) Bistrô crepe de Paris Aqui, a raclette (prato com queijo suíço homônimo derretido) é acompanhada por batatas, tauba de frios, pães caseiros e molhos (R\$ 58, por pessoa). (FSP-17/07/2009)
- (C) O supérfluo dos ricos é propiedade dos pobres. (Santo Agostinho)
- (D) Outras 251 pessoas morreram ao atravessar regularmente a fronteira, principalmente por enfarte, disseram os pesquisadores. (FSP-12/08/2009)
- (E) Uma conduta irrepreensível consiste em manter cada um a sua dignidade sem perjudicar a liberdade alheia. (Voltaire)

19

O setor de Protocolo da ALE-GO utiliza um formulário digital para recebimento de documentos externos. O formulário foi criado no Word e possui os seguintes controles:

- Campo de texto para número do protocolo
- Lista suspensa com tipos documentais
- Caixas de seleção para prioridade
- Campo de data com calendário pop-up
- Blocos de texto apenas para leitura com instruções

Para proteger o formulário, permitindo que os usuários preencham apenas os campos editáveis sem alterar a estrutura ou conteúdo fixo, deve-se adotar a seguinte configuração correta de proteção:

- (A) Senha para abrir + Senha para modificar
- (B) Marcar como Final + Restringir Edição → Somente leitura
- (C) Restringir Edição → Somente preenchimento de formulários + Senha
- (D) Controle de Alterações + Exigir autenticação
- (E) Inserir Assinatura Digital + Proteger com senha

20

O departamento jurídico da ALE-GO recebeu um novo computador com Windows 11. O chefe do setor precisa personalizar o sistema para:

- Ajustar configurações de privacidade;
- Configurar múltiplos monitores;
- Personalizar a barra de tarefas;
- Gerenciar contas de usuário;
- Configurar opções de energia.

O Windows 11 (BR) consolida todas essas configurações em uma interface moderna e unificada no

- (A) Painel de Controle clássico.
- (B) Configurações do Windows.
- (C) Gerenciador de Dispositivos.
- (D) Painel de Navegação do Explorador.
- (E) Centro de Ações.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás

21

O período de maior intensidade do Ciclo do Ouro em Goiás ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, quando a região se tornou um importante centro de mineração no Brasil colonial. A descoberta de grandes depósitos de ouro atraiu trabalhadores, comerciantes e aventureiros, estimulando o crescimento de assentamentos na região.

Assinale a opção que apresenta corretamente os impactos da mineração na ocupação de Goiás durante o auge do ciclo do ouro.

- (A) A técnica de perfuração permitiu uma exploração intensa e prolongada das lavras, o que evitou seu esgotamento e favoreceu o assentamento de uma população permanente.
- (B) O uso predominante da mão de obra indígena, valorizada por suas habilidades específicas na mineração, contribuiu para o crescimento da população nativa na região.
- (C) A extração do ouro de aluvião exigiu a presença de especialistas e tecnologia avançada na região, o que deu origem a um polo industrial local.
- (D) O uso do mercúrio na mineração facilitou a extração do ouro, o que tornou a atividade mais produtiva e atraiu trabalhadores, resultando no surgimento de vilas e arraiais.
- (E) A mineração de morro tornou a agropecuária a principal atividade econômica da região, voltada à criação de animais de tração, o que resultou no assentamento da população.

22

Leia o trecho a seguir.

O bandeirismo no período colonial deu origem a democracia brasileira, graças a mobilidade externa que conseguiu uma geografia antitotalitária; hierarquização do negro e do índio, que foram deslocados do comunismo tribal para a área social em que operavam os bandeirantes; absorção de grupos étnicos através da assimilação de seus elementos; desfeudalização dos engenhos. O objetivo era incrementar o povoamento. O “Projeto Rondon”, hoje em pleno desenvolvimento, completa o bandeirismo. Portanto, o bandeirismo como foi praticado pelos paulistas durante três séculos pertence, naturalmente, a História. Até hoje existe uma “personalidade bandeirante” na sociedade brasileira. Quando se fala em “Estado bandeirante”, já se sabe qual é; “povo bandeirante”, também. Mas “bandeirar”, hoje em dia, é imposição do Brasil inteiro, que atende ao seu “imperialismo interno” e depende, muito ainda, da aventura criadora tradicional do período colonial.

Adaptado de: RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 4 edição, 1970, pp. xxxi – xxxix.

O trecho, de Cassiano Ricardo, ideólogo do Estado Novo e publicado em 1940, serviu de base para a política de “Marcha para o Oeste” do governo Vargas.

Com base na sua leitura, é correto afirmar que a imagem do bandeirismo do período colonial brasileiro foi usada pelo governo Vargas como símbolo de

- (A) decadência, ao destacar o período colonial como atrasado, em consonância com o projeto modernizador e de desenvolvimento do Estado Novo para a superação desse passado.
- (B) expansão territorial, ao destacar a ampliação do espaço geográfico e a ocupação do interior do país, em consonância com os projetos do Estado Novo de integração do território nacional.
- (C) heroísmo, ao destacar o extermínio dos povos nativos pelos bandeirantes como elemento positivo, em consonância com o projeto do Estado Novo de conquista e integração das populações indígenas ao Estado brasileiro.
- (D) mobilidade social, ao destacar a participação igualitária dos grupos sociais na sociedade brasileira, em consonância com o ideal de democracia racial defendido pelo Estado Novo.
- (E) valentia, ao destacar a atuação dos bandeirantes europeus na ocupação do território nacional, em consonância com a busca do Estado Novo por modelos estrangeiros para a construção da identidade nacional.

23

O Cerrado em Goiás, um dos biomas mais ricos em biodiversidade do Brasil, vem sofrendo intensa devastação nos últimos anos, com grande parte de sua vegetação nativa sendo destruída, o que ameaça diversas espécies de fauna e flora e compromete a qualidade da água e do solo.

As opções a seguir descrevem corretamente fatores que explicam a devastação do cerrado goiano, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A construção de rodovias e estrada fragmenta o Cerrado e compromete a biodiversidade e os recursos naturais da região.
- (B) O crescimento desordenado de cidades e vilarejos, ocupando áreas do Cerrado, leva à destruição da vegetação e ao aumento da pressão sobre os recursos naturais da região.
- (C) A expansão da agricultura e da pecuária em larga escala contribui para a destruição da vegetação nativa e a degradação do solo no Cerrado.
- (D) O uso frequente do fogo para preparar o solo, aliado à inexistência de bacias hidrográficas no Cerrado, favorece a ocorrência de incêndios fora de controle.
- (E) A introdução de espécies exóticas, ao competir com a flora nativa, dificulta a regeneração natural do Cerrado e provoca alterações em seus ecossistemas.

24

Em 2023, foi sancionada a Lei Complementar nº 181, que cria a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME). A legislação prevê a realização de ações integradas entre os governos de Goiás, do Distrito Federal e da União. Fazem parte da RME os seguintes municípios: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Assinale a opção que apresenta corretamente os objetivos da criação da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME).

- (A) Controlar o crescimento populacional na região, a fim de reduzir os problemas socioeconômicos decorrentes da expansão urbana.
- (B) Estruturar a administração de Goiás segundo as demandas do Distrito Federal, de modo a articular políticas públicas que atendam às prioridades da capital.
- (C) Garantir a proteção dos recursos e do desenvolvimento da região, que se destaca positivamente nos indicadores sociais em comparação às demais localidades do estado de Goiás.
- (D) Incentivar o desenvolvimento dos municípios goianos geograficamente distantes do Distrito Federal por meio de estruturas conjuntas de gestão.
- (E) Promover soluções integradas na região, com planejamento e implementação de serviços públicos essenciais e infraestrutura de interesse comum.

Legislação do Estado de Goiás

25

Com base na Resolução nº 1.073/2001, avalie se ao servidor é proibido, entre outras ações:

- I. Referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração da Assembleia Legislativa, ou censurá-los pela imprensa ou qualquer outro órgão de divulgação pública, podendo, porém, criticá-los, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço.
- II. Valer-se do cargo ou função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública.
- III. Coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidária.
- IV. Participar, de fato e de direito, de gerência ou administração de sociedade empresária, ainda que unipessoal, personificada ou não, bem como atuar como empresário durante a jornada de trabalho, mediante o exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços, na caracterização determinada na legislação civil e observadas as exceções ali constantes.

São efetivamente proibidas ao servidor as ações

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

26

De acordo com a Resolução nº 1.073/2001, o conjunto de atribuições agrupadas, pela espécie de atividade e pela especialização exigível ao seu desempenho, é denominado

- (A) classe.
- (B) grupo.
- (C) categoria funcional.
- (D) cargo.
- (E) padrão.

27

O Art. 10 da Resolução 1.073/2001 estabelece que os cargos de provimento em comissão se destinam a atender a encargos de Direção, Chefia, Assessoramento Superior e Intermediário e Função Especial de Confiança e são providos mediante ato do Presidente, podendo recair em servidor público efetivo, inclusive inativo, ou mesmo em pessoa estranha ao serviço público, observados os requisitos necessários, inclusive a habilitação profissional para a respectiva investidura.

Em relação ao tema, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão, com nível de Direção e Chefia, serão preenchidos por servidor efetivo da Assembleia Legislativa, com observância do critério de confiança.
- II. Recaindo a nomeação em servidor público, esse optará pelo vencimento do cargo em comissão ou pela percepção da remuneração de seu cargo efetivo, sendo, em qualquer hipótese, acrescido de uma gratificação correspondente ao valor fixado para a do cargo em comissão.
- III. O servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão e de função especial de confiança, é segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, na qualidade de empregado.
- IV. O inativo provido em cargo em comissão ou função especial de confiança perceberá, integralmente, o vencimento e a gratificação para esses fixados, cumulativamente com o respectivo provento, desde que obedecido o teto constitucional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

28

O Art. 56 da Resolução 1.073/2001 dispõe que, cumprido satisfatoriamente o estágio probatório, o servidor detentor de cargo efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

Em relação ao tema, avalie se o servidor público estável perderá o cargo nas seguintes hipóteses:

- I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- II. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- III. Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, nos termos de regulamento próprio, assegurada ampla defesa.
- IV. Se for extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

29

A rede de telecomunicação *Alfa*, com forte representatividade e capilaridade, vem publicando uma série de reportagens para demonstrar que a população almeja ser consultada diretamente sobre os assuntos de relevância nacional, por meio de plebiscitos. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que convocar plebiscito é uma competência

- (A) comum entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo.
- (B) privativa da Câmara dos Deputados.
- (C) exclusiva do Congresso Nacional.
- (D) privativa do Poder Executivo.
- (E) exclusiva do Senado Federal.

30

Lucas, candidato ao cargo de Deputado Federal, defendeu, durante a sua campanha eleitoral, a necessidade de se proceder a mudanças no texto constitucional, com o objetivo de alterar a forma federativa de Estado, bem como o voto secreto.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que as bandeiras de Lucas

- (A) podem prosperar em parte, pois não há qualquer vedação na deliberação de proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado. Contudo, não se admite qualquer discussão que busque alterar o caráter secreto do voto.
- (B) podem prosperar em parte, pois não há qualquer vedação na deliberação de proposta de emenda tendente a abolir o voto secreto. Contudo, não se admite qualquer discussão que busque alterar a forma federativa de Estado.
- (C) não podem prosperar, pois não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado ou o voto secreto, salvo se realizado referido constitucional em sentido contrário.
- (D) podem prosperar, pois não há qualquer vedação na deliberação de proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado ou o voto secreto.
- (E) não podem prosperar, pois não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado ou o voto secreto.

31

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, Mário, brasileiro naturalizado, foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de extorsão mediante sequestro, de natureza hedionda. Em seguida, as autoridades brasileiras competentes o extraditaram para um determinado país no exterior. Registre-se, por fim, que a conduta delitativa foi praticada por Mário após o encerramento do seu processo de naturalização.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que as autoridades brasileiras agiram

- (A) incorretamente, pois a Constituição Federal só admite a extradição do brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (B) incorretamente, pois a Constituição Federal só admite a extradição do brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em crimes hediondos, na forma da lei complementar.
- (C) acertadamente, pois a Constituição Federal admite a extradição de brasileiros naturalizados, em caso de condenação definitiva pela prática de crime hediondo.
- (D) acertadamente, pois a Constituição Federal admite a extradição de brasileiros, natos ou naturalizados, em caso de condenação definitiva pela prática de crime hediondo.
- (E) acertadamente, pois a Constituição Federal admite a extradição de brasileiros naturalizados.

32

Jorge, interessado em ocupar um cargo público no âmbito do Poder Público, resolveu estudar as normas constitucionais que versam sobre a matéria, tomando conhecimento de que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser reintegrado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, fazendo jus à remuneração deste.
- II. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- III. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, poderão realizar, periodicamente, avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei complementar.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III,

33

Após meses de negociações infrutíferas, surgiu complexo conflito entre o Estado *Alfa* e o Estado *Beta*, dando ensejo à propositura de uma demanda em juízo, para a resolução do litígio apresentado.

Assim, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que caberá ao

- (A) Tribunal de Justiça do Estado *Alfa* ou ao Tribunal de Justiça do Estado *Beta* processar e julgar, em sede recursal, a demanda, por prevenção.
- (B) Tribunal de Justiça do Estado *Alfa* ou ao Tribunal de Justiça do Estado *Beta* processar e julgar, originariamente, a demanda, por prevenção.
- (C) Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a demanda.
- (D) Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, em sede recursal, a demanda.
- (E) Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a demanda.

34

A sociedade empresária *Alfa* demonstrou interesse em prestar serviços de comunicação social no Brasil. Dessa forma, os dirigentes da referida entidade estudaram a matéria, constatando que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, três quintos do Congresso Nacional, em votação secreta.
- II. O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
- III. O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Administrativo

35

Após o devido processo licitatório, a sociedade empresária *Alfa* celebrou contrato administrativo com o Estado *Beta*. Registre-se, contudo, que, durante a execução, o contrato foi extinto, por meio de um ato unilateral e escrito da Administração. Irresignada com a situação posta, a entidade privada contratada procurou o auxílio de especialistas na matéria, para entender os direitos que possui. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, em face da extinção do contrato administrativo,

- (A) caberá recurso, no prazo de cinco dias, desde que a contratada demonstre que suportou grave prejuízo com a efetivação da medida.
- (B) não caberá recurso, já que a Administração Pública fez uso de uma cláusula exorbitante aplicável ao contrato administrativo.
- (C) não caberá recurso, à exceção do pedido de reconsideração, no prazo de três dias úteis.
- (D) não caberá recurso, por se tratar de um direito potestativo da Administração Pública.
- (E) caberá recurso, no prazo de três dias úteis.

36

Com o objetivo de ser qualificada como organização social (OS) e, por consequência, estar apta a celebrar contratos de gestão com o Poder Público, a associação privada *Alfa* passou a adotar todas as providências legais cabíveis, alterando, na forma da lei, o seu ato constitutivo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.637/1998, para que a entidade privada *Alfa* seja qualificada como organização social, o seu ato constitutivo deverá dispor sobre a

- (A) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.
- (B) possibilidade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das suas atividades ou de distribuição dos excedentes em benefício dos associados, de forma fundamentada.
- (C) previsão expressa de a entidade ter, além de um órgão colegiado de deliberação superior, um conselho fiscal, composto por cinco membros.
- (D) obrigatoriedade de publicação semestral, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.
- (E) vedação à participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público.

37

Henrique, servidor público no Estado *Alfa*, de forma dolosa, concedeu benefício fiscal à sociedade empresária *Beta*, sem a observância das formalidades legais aplicáveis à espécie, causando prejuízo ao ente público. Os fatos foram comunicados ao Ministério Público, que estudou a possibilidade de requerer, em juízo, a indisponibilidade dos bens do referido agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o valor da indisponibilidade considerará

- (A) a estimativa de dano e o valor da multa, indicados na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do juiz.
- (B) a estimativa de dano indicada pelo ente público lesado, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do juiz.
- (C) a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu.
- (D) o valor da multa indicado pelo ente público lesado, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu.
- (E) o valor da multa indicado na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do juiz.

38

João ingressou com processo administrativo junto à Administração Pública do Estado de Goiás. Após a observância das formalidades legais, foi proferida decisão contrária aos interesses do administrativo. Irresignado, João recorreu da decisão, mas acabou por interpor o recurso perante autoridade incompetente na esfera administrativa.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 13.800/2001, é correto afirmar que o recurso interposto por João

- (A) não será conhecido, mas indicar-se-á ao recorrente a autoridade competente para futuras impugnações, vedada a devolução do prazo para recurso.
- (B) não será conhecido, mas indicar-se-á ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- (C) será conhecido e, no mérito, julgado improcedente, em razão da oposição perante autoridade incompetente.
- (D) será conhecido e, no mérito, julgado prejudicado, em razão da oposição perante autoridade incompetente.
- (E) não será conhecido, vedada a devolução do prazo para recurso.

39

O Prefeito do Município *Alfa*, no âmbito do Estado *Beta*, solicitou à sua equipe jurídica a confecção de parecer dos contornos da legislação que versa sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que o Município *Alfa* poderá atuar como poder concedente, celebrando contratos administrativos de

- (A) concessão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências. Contudo, as permissões de serviços públicos só podem ser pactuadas com a União ou com os Estados.
- (B) concessão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências. Contudo, as permissões de serviços públicos só podem ser pactuadas com os Estados.
- (C) concessão ou de permissão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências, desde que haja a concordância do Estado *Beta*.
- (D) concessão ou de permissão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências, desde que haja a concordância da União.
- (E) concessão ou de permissão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências.

40

Lucas, Prefeito do Município *Charlie*, pretende, por meio da descentralização administrativa, criar pessoas jurídicas que integrarão a Administração Indireta do referido ente federativo. Busca-se, em síntese, a instituição de uma autarquia, de uma empresa pública, de uma sociedade de economia mista e de uma fundação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) exige-se lei específica para autorizar a criação da autarquia, da empresa pública e da sociedade de economia mista. A fundação, por outro lado, pode ser criada por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (B) a autarquia deve ser criada por meio de uma lei específica. Por sua vez, exige-se lei específica para autorizar a criação da empresa pública, da sociedade de economia mista e da fundação.
- (C) a empresa pública e a sociedade de economia mista devem ser criadas por meio de uma lei específica. Por sua vez, exige-se lei específica para autorizar a criação da autarquia e da fundação.
- (D) a autarquia, a empresa pública, a sociedade de economia mista e a fundação devem ser criadas por meio de leis específicas.
- (E) exige-se lei específica para autorizar a criação da autarquia, da empresa pública, da sociedade de economia mista e da fundação.

Analista de Controle Externo em Finanças e Controle

Para todas as questões, considere:

ALEGO: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

TCE-GO: Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

TCM-GO: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

CRFB/88: Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

MPC: Ministério Público de Contas

41

Acerca do controle externo da administração pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. É incompatível com a CRFB/88 a elaboração e aprovação de projeto de lei de iniciativa parlamentar que tenha por finalidade estabelecer restrições ao poder sancionador dos Tribunais de Contas.
- II. Compete à ALEGO julgar as Contas as Contas dos responsáveis pela guarda, gestão e aplicação de bens e valores pertencentes aos órgãos e entidades da administração indireta estadual.
- III. Como estratégia de apoio ao controle externo, a legislação estadual pode obrigar os órgãos de controle interno dos municípios goianos a executar auditorias determinadas pelo TCM-GO e previstas em seu plano anual de auditorias governamentais.

Sobre esta temática, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

João, prefeito de um município goiano, deixou de realizar a prestação de contas anual (de governo) dentro do prazo previsto na legislação e constituição estaduais.

Nesta situação, a medida correta a ser adotada é a

- (A) instauração de Tomada de Contas pela ALEGO.
- (B) interposição de ação de improbidade administrativa pelo Ministério Público de Contas.
- (C) instauração de tomada de contas pela respectiva Câmara Municipal.
- (D) promoção e levantamento da documentação necessária à prestação de contas pelo TCM-GO.
- (E) proposição de ação por crime de responsabilidade junto ao TCE-GO.

43

O Ministério Público de Contas do Estado de Goiás (MPC-GO) é órgão essencial à função de controle externo realizada pelo TCE-GO. Neste sentido, para realizar uma fiscalização financeira em uma Secretaria de Estado, um Procurador de Contas do MPC requereu informações e documentos diretamente ao titular desta Secretaria, o que subsidiou a instauração de um procedimento preliminar de apuração de irregularidades.

Considerando os fatos narrados, assinale a opção correta sobre as atribuições do MPC no controle externo da administração pública.

- (A) O MPC não integra a estrutura do TCE-GO, gozando de total autonomia para o exercício de suas funções institucionais.
- (B) A requisição de documentos e informações pelo MPC prescinde de autorização do Presidente do TCE-GO.
- (C) Não compete ao MPC instaurar procedimentos preliminares de apuração, por invasão das atribuições constitucionais do Ministério Público Estadual.
- (D) O Procurador do MPC praticou crime de responsabilidade, devendo ser processado e julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- (E) A autonomia funcional conferida ao MPC-GO não justifica a interpretação constitucional no sentido de que os órgãos estaduais estão obrigados a atender às suas requisições.

44

O Governador do Estado Alfa apresentou tempestivamente a sua prestação de contas anuais. A documentação foi encaminhada concomitantemente ao Tribunal de Contas (TCE) e à Assembleia Legislativa do Estado Alfa, conforme exigido pela Constituição estadual.

No entanto, após quatro anos da apresentação das Contas, o TCE não havia expedido o parecer prévio determinado pela Constituição, pelo que o Presidente da Assembleia Legislativa adotou os procedimentos regimentais para apreciação e julgamento das contas do referido governador, as quais foram aprovadas com ressalvas.

Considerando os fatos narrados, analise as afirmativas a seguir:

- I. A ausência da expedição de parecer prévio pelo TCE não impede a apreciação das contas pela Assembleia Legislativa.
- II. A competência de julgamento das contas do governador é da Assembleia Legislativa, que pode dispensar, por Lei, a exigência de elaboração de parecer prévio pelo TCE.
- III. A omissão do TCE na expedição do parecer prévio pode configurar crime de responsabilidade do Presidente da Corte de Contas, desde que tal conduta esteja assim definida na constituição estadual.

Está correto o que se afirma em.

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

O Tribunal de Contas do Estado Alfa imputou débito de \$ 400 mil a João, Secretário de Estado, em razão da prática de atos ilegítimos e antieconômicos que resultaram em danos ao erário e decidiu pela aplicação de multa a Maria, Secretária Municipal do município Beta, em virtude de inobservância à legislação financeira e administrativa.

Considerando que os atos praticados pelo Tribunal de Contas inserem-se em suas competências constitucionais, os órgãos responsáveis pela execução do débito imputado a João e da multa aplicada a Maria são, respectivamente:

- (A) A Fazenda estadual e o Tribunal de Contas do Estado.
- (B) O Ministério Público do Estado, em ambos os casos.
- (C) O Estado Alfa e o município Beta, por meio das respectivas procuradorias.
- (D) O Estado Alfa, por meio de sua procuradoria, em ambas as hipóteses.
- (E) O Ministério Público de Contas em ambas as hipóteses.

46

Em maio de 2012, Maria foi nomeada para o cargo de Presidente de uma autarquia do Estado Alfa, ficando responsável pela execução de um programa de prevenção de riscos ambientais.

Não obstante, Maria não tomou qualquer providência necessária à execução do referido programa, o que resultou na ocorrência de riscos que geraram danos significativos à vida dos habitantes e à economia do estado Alfa.

Maria foi exonerada do cargo em abril de 2016. Em 2019, o Tribunal de Contas do Estado Alfa apurou a omissão de Maria, aplicando-lhe multa de \$ 500 mil.

Nesta hipótese, a multa aplicada pelo Tribunal de Contas pode ser considerada:

- (A) Ilegal, pois a pretensão punitiva da Corte de Contas prescreveu em maio de 2017.
- (B) Legítima, pois prazo prescricional para exercício da pretensão punitiva se inicia somente após a abertura do processo de controle no âmbito do Tribunal de Contas
- (C) Ilegítima, pois o prazo prescricional para sua pretensão punitiva ocorre em cinco anos contados do conhecimento dos fatos.
- (D) Legítima, pois somente em abril de 2021 haverá a prescrição da pretensão punitiva da Corte de Contas
- (E) Ilegítima, pois o Tribunal de Contas não pode aplicar multa a Maria.

47

A legislação do município Alfa atribui aos servidores públicos municipais a obrigação de informar e explicar os atos por ele praticados. Esta obrigação deve ser observada em relação a qualquer órgão ou pessoa que tenham interesse na informação ou explicação.

Considerando a situação narrada, na teoria de *accountability*, essas obrigações se incluem na dimensão de:

- (A) *Answerability*, que engloba a informação e a justificação dos atos praticados pelos agentes públicos
- (B) *Enforcement*, que inclui a dimensão eleitoral como controle dos agentes públicos
- (C) *Public servisse orientation*, que exige a prestação de serviços públicos reservados
- (D) Justificação ou transparência, pela qual os administradores devem prestar contas de sua atuação.
- (E) *Coercion*, pelo qual os administradores devem responder aos questionamentos feitos pelos administrados.

48

O Poder Executivo do Estado Alfa está em processo de elaboração do respectivo projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Para orientar as unidades orçamentárias neste processo, o Secretário de Planejamento e Orçamento do Estado Alfa editou Portaria estabelecendo orientações para elaboração da peça orçamentária. Dentre outras, a Portaria apresentava as seguintes normas:

- I. O PLOA não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes ao que se refere, pois os investimentos plurianuais devem ser objeto de avaliação no projeto de plano plurianual.
- II. O PLOA será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- III. O PLOA será acompanhado de documento contendo demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

As orientações sobre a elaboração do PLOA estão corretamente descritas em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

49

O Poder Executivo do Estado Gama realizou despesas na ordem de \$ 5 (cinco) milhões com o planejamento de obras de infraestrutura que seriam responsáveis pela geração de milhares de empregos.

Para realização dessa obra, foi necessária a aquisição de imóveis privados, com um custo adicional de \$ 12 (doze) milhões aos cofres estaduais.

Considerando os fatos narrados e as disposições da Lei nº 4.320/64, estas despesas devem ser classificadas como:

- (A) Inversão financeira, em ambos os casos.
- (B) Transferência de Capital, em ambos os casos.
- (C) Subvenção Econômica, no caso da despesa com desapropriação.
- (D) Despesas de custeio, no caso da despesa com desapropriação.
- (E) Investimentos, em ambos os casos.

50

Uma Empresa Pública, responsável pela prestação de serviços postais, apresentou déficit orçamentário e financeiro, demandando recursos do tesouro para financiamento de despesas com manutenção de seus serviços.

Nesta hipótese, considerando as disposições da Lei nº 4.320/64, as despesas do tesouro destinadas a cobertura do déficit de manutenção desta empresa pública são classificadas como:

- (A) Transferência de capital.
- (B) Amortização da dívida pública.
- (C) Serviços de terceiros.
- (D) Subvenção econômica.
- (E) Operações especiais.

51

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa recebeu o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo. Ao apreciar o projeto, os deputados estaduais propuseram emendas com as seguintes finalidades:

- I. conceder dotação de \$ 45 milhões para um novo serviço de saúde bucal a ser executado com recursos do orçamento da seguridade social
- II. incluir dotação para início de obra de infraestrutura ambiental cujo projeto está em processo de elaboração pelo órgão estadual de meio ambiente.
- III. alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, tendo em vista a apuração de inexistência da proposta encaminhada.

Nesta hipótese, são compatíveis com as disposições da Lei n. 4.320/64 as propostas de emendas parlamentares constantes em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

Um Analista de Controle Externo em Finanças e Controle analisou os seguintes atos de gestão financeira praticados por três municípios:

- I. O município Beta deixou de instituir tributo (taxa) de sua competência constitucional.
- II. O Município Alfa concedeu isenção parcial de ISS a todos os trabalhadores da construção civil que atuam em seu território.
- III. O município Gama editou lei ampliando em 30% o número de beneficiários de um programa municipal de transferência de renda.

Ao considerar as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), o Analista concluiu corretamente que o município:

- (A) Alfa praticou ato de renúncia de receita.
- (B) Beta, não poderá receber transferências voluntárias da União.
- (C) Gama, deverá demonstrar o impacto orçamentário-financeiro da despesa ampliada para o exercício em vigor e para o exercício seguinte (biênio).
- (D) Beta, deverá ter as contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas respectivo.
- (E) Alfa fica dispensado de adotar medidas de compensação de receitas.

53

As despesas com pessoal do município Ômega atingiram exatos 95% de sua receita corrente líquida. Nesta hipótese, é correto afirmar que, em observância aos preceitos legais concernentes à responsabilidade na gestão fiscal, o município Ômega:

- (A) Estará proibido de criar cargos empregos ou funções.
- (B) Não poderá contratar pessoal temporário ou obter garantias de outro ente.
- (C) Fica impedido de receber transferências voluntárias.
- (D) Terá o prazo de dois quadrimestres para controlar a despesa com pessoal.
- (E) Poderá alterar a estrutura de carreiras de servidores públicos.

54

A Assembleia Legislativa expediu ofício ao Tribunal de Contas do Estado Alfa requerendo a realização de auditoria governamental em um órgão da administração direta estadual.

O objetivo da auditoria seria a avaliação da eficiência e eficácia do programa estadual de mobilidade urbana. O tipo de auditoria governamental veiculado no requerimento do parlamento estadual é denominado.

- (A) Auditoria operacional.
- (B) Auditoria de conformidade.
- (C) Inspeção.
- (D) Levantamento.
- (E) Auditoria de regularidade.

55

João, servidor público do município Alfa, ficou responsável por elaborar um documento que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação para aquisição de material de consumo destinado às unidades básicas de saúde daquela municipalidade.

O documento continha a caracterização do interesse público envolvido na aquisição, bem como a descrição da melhor solução ao seu atendimento. Neste sentido, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o documento elaborado por João é denominado:

- (A) Projeto básico.
- (B) Estudo técnico preliminar.
- (C) Termo de referência.
- (D) Análise de viabilidade.
- (E) Projeto Executivo.

56

O município Beta realizou uma licitação na modalidade pregão para atender às necessidades de uma secretaria municipal. Na fase de abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes, que se deu em sessão pública, a empresa Mercadinho Ltda solicitou ao pregoeiro a juntada de documentos pré-existentes à abertura do certame e que comprovavam o atendimento de condição exigida no edital de pregão.

O Pregoeiro indeferiu o pedido da empresa concorrente e a desclassificou sob o argumento de que o prazo para apresentação de documentos se encerrara e que o atendimento a seu pedido configuraria tratamento diferenciado e flagrante violação ao princípio da isonomia.

Considerando os fatos narrados, a decisão do pregoeiro pode ser considerada

- (A) legítima, pois todos os licitantes estão sujeitos ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório
- (B) ilegítima, tendo em vista que o princípio da legalidade deve prevalecer sobre o interesse público
- (C) legítima, tendo em vista que os princípios da isonomia e da impessoalidade regem as licitações e contratações públicas
- (D) ilegítima, tendo em vista que o pregoeiro deveria conferir ao licitante a oportunidade de sanear seus documentos de habilitação.
- (E) legítima, tendo em vista que a ausência de documento de habilitação é condição suficiente para desclassificação de propostas apresentadas pelos licitantes.

57

Os municípios Alfa, Beta e Gama instituíram um consórcio público para prestação de serviço público de segurança. Ato contínuo, o Consórcio firmou convênio com a União, que previa repasse de recursos federais para financiamento das ações respectivas (transferências voluntárias).

No entanto, a União negou-se a transferir os recursos pactuados sob o argumento de que o município Gama apresentava pendências com o tesouro federal, o que impossibilitava a transferência dos valores, conforme disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando os fatos narrados, a decisão da União pode ser considerada

- (A) ilegal, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal não autoriza a sanção de suspensão de transferências voluntárias para as ações de segurança pública.
- (B) legítima, vez que o beneficiário das transferências voluntárias deve comprovar que se acha em dia quanto aos pagamentos devidos ao ente transferidor.
- (C) ilegítima, pois em razão do princípio da intranscendência das sanções, o Consórcio não pode ser punido por infração de um dos entes instituidores.
- (D) irrazoável, tendo em vista que a medida da União resulta em aplicação de sanções aos municípios Alfa e Beta, que se encontram em dia com suas obrigações financeiras e fiscais junto ao governo federal.
- (E) legítima, pois o princípio da desconsideração da personalidade jurídica autoriza, *in casu*, a aplicação da sanção à entidade administrativa para evitar a utilização dessa pessoa jurídica a fim de violar normas da legislação de responsabilidade fiscal.

58

O Município Beta realizou uma licitação na modalidade concorrência em que a empresa Mercadinho Ltda se logrou vencedora.

Convocada para assinar o termo do contrato dentro do prazo previsto no edital, a empresa requereu sua prorrogação alegando motivos técnicos.

Considerando os fatos narrados e as disposições da Lei nº 14.133/2021, ao avaliar o requerimento da empresa Mercadinho Ltda, a administração municipal deve adotar a seguinte medida:

- (A) Indeferir o pedido, tendo em vista a ausência de previsão legal de prorrogação do prazo de assinatura do termo de contrato.
- (B) Deferir o pedido, caso este seja apresentado no transcurso do prazo de convocação e desde que as justificativas sejam aceitas pela administração.
- (C) Desclassificar a empresa e convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições por eles propostas.
- (D) Deferir o pedido, tendo em vista que a legislação vigente autoriza a prorrogação do prazo para assinatura do termo do contrato por até 90 (noventa) dias, desde que requerido pelo licitante.
- (E) Desclassificar a empresa com fulcro nas denominadas cláusulas exorbitantes, que conferem ao ente federativo poderes especiais para a defesa do interesse público.

59

O município Gama firmou contrato de prestação de serviços contínuos com a empresa "Faz Tudo Ltda" pelo prazo de 36 meses, estabelecendo norma de reajustamento dos preços, em cláusula contratual, por haver regime de dedicação exclusiva de mão de obra e desde que mediante demonstração analítica da variação dos custos respectivos.

Nessa hipótese, o critério de reajustamento de preços contratuais adotados pela administração é, nos termos da Lei nº 14.133/2021, denominado:

- (A) Reajustamento em sentido estrito.
- (B) Ajuste.
- (C) Revisão anual.
- (D) Repactuação.
- (E) Remodelação.

60

Uma autarquia municipal contratou a empresa Alfa Ltda, por dispensa de licitação, para prestação de serviços de reparo e mecânica de seus automóveis.

Nessa hipótese, a Lei 14.133/2021 preceitua que é condição de eficácia do respectivo contrato a sua publicação no Portal Nacional das Contratações Públicas no prazo de

- (A) 10 (dez) dias úteis, contados de sua assinatura.
- (B) 15 (quinze) dias úteis, contados de sua publicação.
- (C) 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação.
- (D) 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura do ato de dispensa.
- (E) 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da sua publicação.

61

Para avaliar a realização de uma operação de crédito (empréstimo), o gestor do município Alfa analisou que, descontados os juros simples de 8% a.a. pelo período de 18 (dezoito) meses, os valores líquidos da operação seriam reduzidos a \$ 39.600 (valores em \$ mil).

Nessa hipótese, o valor do capital (valor total do empréstimo) objeto desta análise é de (\$ mil):

- (A) 33.000
- (B) 72.600
- (C) 35.360
- (D) 330.200
- (E) 45.000

62

O Diretor Financeiro de um hospital público estadual realizou uma operação de arrendamento mercantil, tendo por objeto um equipamento para realização de exames de imagens, a uma taxa de juros simples de 5% ao mês sobre o valor de mercado do referido objeto.

Ao fiscalizar o referido pacto, um Deputado estadual verificou que, ao final do contrato, a despesa total a ser paga pelo hospital corresponderia ao dobro do valor de mercado atribuído ao equipamento.

Nessa hipótese, é possível afirmar corretamente que o contrato de arrendamento mercantil foi firmado por um prazo de

- (A) 2 anos.
- (B) 1 ano e 8 meses.
- (C) 18 meses.
- (D) 3 anos e 2 meses.
- (E) 1 ano e seis meses.

63

Para atender a necessidades de fluxo de caixa, o diretor financeiro de uma empresa autorizou a realização de uma operação de desconto simples de um título de crédito cujo valor nominal era de \$ 40.000. A operação foi realizada 5 meses antes de seu vencimento e o valor descontado foi de \$ 34.000.

Nessa situação, a taxa anual de desconto simples utilizada na operação foi de:

- (A) 3,0%
- (B) 3,52%
- (C) 27,0%
- (D) 36,0%
- (E) 42,3%

64

Ao analisar os valores propostos para dotação orçamentária de um programa de política agrícola, um Deputado estadual verificou que o valor nominal do programa foi fixado em lei no montante de \$ 200.000.

Porém, a legislação estadual determina que, quando da elaboração da proposta orçamentária (PLOA), o valor da respectiva dotação deve ser atualizado monetariamente com base na inflação oficial dos últimos três anos. Assim, considerando que a inflação oficial do último triênio foi de 10%, 15% e 10%, respectivamente, o valor da dotação orçamentária contante do projeto de LOA em análise deve ser de \$:

- (A) 270.000
- (B) 235.000
- (C) 278.300
- (D) 284.600
- (E) 302.600

65

Sobre o alcance do direito de acesso à informação regulamentado pela Lei Estadual nº 18.025/2013, analise as afirmativas a seguir:

- I. O acesso irrestrito à informação pública abrange as às informações produzidas em qualquer etapa dos processos de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle externo.
- II. Abrange o acesso as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelas agências reguladoras.
- III. Incluem a divulgação de dados relativos à remuneração e ao subsídio recebidos por ocupante de cargo, emprego ou função, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias dos servidores, de maneira individualizada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

66

O quadro principal do balanço orçamentário dispõe sobre as despesas e receitas previstas e executadas. Neste sentido, assinale a opção que veicula a informação correta que deve constar do quadro principal deste documento contábil:

- (A) As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, devem constar da coluna destinada à previsão atualizada da receita orçamentária.
- (B) A criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA é informação que deve constar da previsão atualizada da receita.
- (C) No cálculo do déficit orçamentário desprezam-se os valores constantes das linhas de registro do subtotal com refinanciamento das receitas e despesas.
- (D) Os valores das despesas com inversões financeiras devem constar da linha concernente ao registro das transferências correntes.
- (E) Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença positiva entre os valores das receitas e das despesas com pagamentos de benefícios do RPPS deve ser lançada como redutor da receita orçamentária.

67

Analise as afirmativas a seguir a respeito do balanço orçamentário e dos quadros demonstrativos que o integram:

- I. Na ocorrência de *superávit* orçamentário, as receitas arrecadadas são maiores que as despesas empenhadas, sendo os valores respectivos utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.
- II. Além do quadro principal, o balanço orçamentário é composto pelo quadro de demonstração da execução de operações de crédito e pelos quadros de execução de restos a pagar processados e não processados;
- III. A utilização do *superávit* financeiro para abertura de créditos adicionais pode justificar a demonstração, no balanço orçamentário, de situação de desequilíbrio entre a previsão da receita atualizada e a dotação atualizada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

68

Durante a execução orçamentária do município Alfa, e tendo ocorrido o fato gerador de obrigação assumida antes do término do exercício em curso, sem que se tenha procedido o estágio da liquidação, deve-se reconhecer o impacto patrimonial da despesa respectiva.

Nesta hipótese, as despesas deverão ser registradas ao fim do exercício como restos a pagar não processados “em liquidação”.

Considerando as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, assinale a opção que indica um lançamento contábil correto para registro desta despesa:

- (A) Débito na conta “crédito empenhado em liquidação”; e Crédito na conta “Empenhos em liquidação inscritos em restos a pagar não processados”.
- (B) Débito na Conta “RP não processado em Liquidação – inscrição no exercício” e crédito na conta “Créditos empenhado em liquidação”.
- (C) Crédito na conta “Empenhos em liquidação inscritos em restos a pagar não processados” e Débito na Conta “RP não processados em liquidação - inscrição no exercício”.
- (D) Débito na Conta “RP não processados em liquidação - inscrição no exercício” e Débito na Conta “Empenhos em liquidação inscritos em restos a pagar não processados”.
- (E) Crédito na conta “crédito empenhado em liquidação”; e Débito na conta “Empenhos em liquidação inscritos em restos a pagar não processados”.

69

O Estado Alfa editou, em 15.10.XX, três créditos adicionais com as seguintes características:

Crédito “A”: foi utilizado para reforçar a dotação para despesas com custeio de unidades de saúde;

Crédito “B”: Incluiu dotação para atendimento de despesas que não foram inicialmente previstas no orçamento.

Crédito “C”: teve por finalidade atender às despesas urgentes decorrentes de calamidade pública reconhecida na forma da legislação aplicável.

Considerando as disposições legais referentes à abertura de créditos adicionais, é correto afirmar que o crédito:

- (A) “C” deve indicar as fontes de recursos necessárias ao seu custeio.
- (B) “B” pode ser reaberto no exercício seguinte sem a necessidade de autorização legislativa.
- (C) “A” deve ter seu saldo utilizado no limite da respectiva dotação até o final do exercício seguinte ao de sua abertura.
- (D) “C” exige autorização legislativa prévia para ser executado.
- (E) “B” prescinde de indicação da fonte de recursos para seu financiamento.

70

A Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado Alfa analisou a tabela a seguir, que trata dos dados orçamentários de uma autarquia estadual (valores em \$ mil):

Dotação autorizada	Dotação atualizada	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga
150	180	160	110	90

Considerando a tabela registra os dados da execução orçamentária em 31.12.XX, é correto afirmar que o montante dos recursos a serem contabilizados como restos a pagar não processados é de (\$ mil):

- (A) 60
- (B) 20
- (C) 50
- (D) 30
- (E) 70

Prova discursiva

1

José, três anos após a sua indicação para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado *Alfa* pelo governador desse Estado, perdeu o referido cargo em razão de sentença penal transitada em julgado, que o condenou pela prática de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, quando do exercício de suas funções na Corte de Contas. No mesmo período, Maria, Conselheira do Tribunal de Contas do Estado *Alfa*, indicada para esse cargo pela Assembleia Legislativa, solicitou sua exoneração da Corte de Contas para concorrer ao cargo de Prefeita de sua cidade Natal. Esses fatos resultaram na vacância de dois cargos de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Ato contínuo, o Governador do Estado *Alfa* encaminhou ao Poder Legislativo a indicação de dois servidores estaduais para os referidos cargos. O primeiro deles, membro do Ministério Público de Contas do Estado *Alfa*, foi indicado pelo governador sob o argumento de que a Constituição reservava uma vaga de conselheiro a um representante deste órgão ministerial, até então ausente na composição da referida Corte de Contas estadual, e o outro servidor, um Secretário de Estado, foi indicado porque a Constituição lhe reservava o direito de nomear uma pessoa de sua livre escolha.

Considerando os fatos narrados e as disposições constitucionais e legais que disciplinam estrutura, organização, composição e competências dos Tribunais de Contas, responda justificadamente às seguintes perguntas:

a.1) Quantos membros compõem as Cortes de Contas Estaduais?

a.2) Quais são os requisitos para nomeação de seus membros?

a.3) Quem são os órgãos competentes para indicação de membros dos Tribunais de Contas?

b) As indicações realizadas pelo Governador são compatíveis com os preceitos pertinentes fixados pela Constituição Federal?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

2

Em 20.09.20xx, o gestor de uma autarquia do município *Alfa* verificou que seria necessário reforçar as dotações orçamentárias para conclusão de um programa de infraestrutura urbana, pois a dotação inicialmente prevista tornou-se insuficiente para a conclusão das obras essenciais ao alcance dos objetivos do programa, tendo em vista a ocorrência de fatos não previstos ou contemplados em seus projetos básico e executivo.

Por sua vez e na mesma data, o prefeito do município *Beta* decretou calamidade pública em razão da ocorrência de fortes chuvas, que geraram inundações, deslizamentos de encostas e desabamento de imóveis, deixando centenas de pessoas desabrigadas e feridas. Para atendimento da situação emergencial decorrente dessa calamidade pública, o prefeito determinou que fossem realizadas as seguintes alterações no orçamento em vigor: o imediato reforço das dotações para despesas com saúde, e a criação de dotações orçamentárias com a finalidade de atender às despesas com construção de abrigos para a população.

Considerando os fatos narrados, responda de forma justificada:

- a.1) Que tipo de crédito adicional deve ser utilizado para atender às necessidades do gestor da autarquia do município *Alfa*?**
- a.2) Nesta hipótese é necessária a autorização legislativa?**
- a.3) É exigida a indicação dos recursos necessários ao seu financiamento?**
- a.4) Se sim, que recursos podem ser utilizados nessa hipótese?**
- b.1) Que tipo de crédito adicional deve ser utilizado para atender às demandas do prefeito do município *Beta*?**
- b.2) Nesta hipótese, é necessária a autorização legislativa?**
- b.3) Que instrumento jurídico, administrativo ou legislativo deve ser utilizado pelo prefeito para abertura do crédito adicional?**
- b.4) O prefeito deve indicar os recursos necessários ao financiamento das despesas respectivas?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

